

# Dauster pede aos bancos "mínimo de interesse para compreender a realidade"

por Maria Clara R. M. do Prado  
de Brasília

O governo brasileiro não considera interrompidas as negociações com o comitê assessor de bancos credores. Ao contrário, está na expectativa de realizar uma nova reunião com o comitê e aguarda apenas que os bancos possam entender a realidade dos números sobre o novo modelo da capacidade de pagamentos do País.

"É importante não caracterizar o que aconteceu em três dias (referia-se às negociações, ocorridas em Nova York, nos dias 10, 11 e 12 de outubro) como impasse já que a luta ainda nem começou", afirmou o negociador oficial da dívida externa brasileira, embaixador Jório Dauster, em entrevista ao programa "Crítica e Auto-Crítica", deste jornal, que foi ao ar no domingo à noite pela rede Bandeirantes.

Os credores externos estão na fase de balizamento de suas posições e o embaixador Dauster espera que haja, da parte dos bancos, "um mínimo de interesse em compreender a realidade", sob o risco das conversas não levarem a nada.

A parte do Brasil, a intenção é levar adiante as conversas com os bancos credores.

Enquanto as negociações não são retomadas, o governo procura adotar medidas que protejam as agências de bancos brasileiros no exterior. Dauster lembrou da decisão recente pela qual as agências foram obrigadas a provisionar 25% dos créditos afetados (empréstimos de longo e médio prazos concedidos ao Brasil) e prometeu que outras providências serão tomadas nas próximas semanas para dar credibilidade àquelas agências.

Quanto à perspectiva de transformação das linhas de curto prazo em bônus — em esquema de securitização — o negociador brasileiro limitou-se apenas a dizer que "no momento não há ainda decisão sobre a



Jório Dauster

forma de tratamento dos bancos brasileiros".

A intenção do governo, já manifestada aos comitê de bancos credores, é liberalizar as linhas de financiamento de curto prazo dos projetos 3 (linhas de comércio) e 4 (interbancário) da obrigatoriedade da renovação automática, compromissos assumidos pelos bancos no último contrato de renegociação firmado em setembro de 1988.

Antes da liberalização, no entanto, o governo pretende garantir a liquidez das agências no exterior, e Dauster fez questão de diferenciar as linhas de financiamento ao comércio que, segundo ele, redundam no "melhor negócio para os bancos", porque oferecem segurança no curto prazo e a garantia de pagamento dos juros, já que o Brasil mantém religiosamente em dia os juros das linhas de comércio.

Os credores estrangeiros têm demonstrado interesse especial no programa de privatização do País e, conforme indicou Dauster ao "Crítica e Auto-Crítica", o interesse manifesta-se já concretamente através de fundos que estão sendo criados com a presença de vários bancos para poderem justamente participar da privatização. O governo já decidiu que vai aceitar a conversão da dívida externa no processo de privatização.